



A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO COM PESSOAS JOVENS E ADULTAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, EM CONTEXTO DE PANDEMIA

**RESUMO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E LINHAS
ESTRATÉGICAS**

Realização:



**Campaña
Latinoamericana
por el Derecho
a la Educación**

Apoio:



DVV International



Problema P5
$$\begin{array}{r} 23 \\ -12 \\ \hline \end{array}$$

Problema P5
Data 25/01/2017
Atividade
Linha 9
Linha 10
Linha 11

Santo Antônio
ou comido tuam
Cantiga, melle
depo. st.

Santo Antônio
ou comido tuam
Cantiga, melle
depo. st.

A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO COM PESSOAS JOVENS E ADULTAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, EM CONTEXTO DE PANDEMIA

RESUMO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E
LINHAS ESTRATÉGICAS

Gloria Hernández Flores
María Eugenia Letelier Gálvez
Sara Elena Mendoza Ortega

Dezembro, 2021



*Para conhecer a versão
completa do estudo, em
espanhol, entre aqui.*

Realização:



Campaña
Latinoamericana
por el Derecho
a la Educación

Apoio:



Realização: Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE)

Com o apoio de: DVV International

Autoras: Gloria Hernández Flores, María Eugenia Letelier Gálvez e Sara Elena Mendoza Ortega

Coordenação do estudo: Nelsy Lizarazo, Adelaida Entenza e Giovanna Modé

Coordenação editorial: Fabíola Munhoz

Seleção de imagens: Carolina Osorio

Ilustração: Catarina Bessell

Desenho gráfico e diagramação: Luiza Poli

Foto da capa: Governo de São Paulo

Tradução para português: Valeria Herrera

Revisão: Tatiana Lotierzo

Comité diretivo da CLADE:

ActionAid

Agenda Ciudadana por la Educación de Costa Rica

Campaña Argentina por el Derecho a la Educación

Campaña Boliviana por el Derecho a la Educación

Campaña por el Derecho a la Educación de México

Federação Internacional Fe y Alegría

OXFAM

Organização Mundial de Educação Pré-escolar (OMEP) – Região América Latina

Reagrupação Educação para Todos e Todas (REPT, Haiti)

A CLADE conta com o apoio financeiro de:

Associação Alemã para a Educação de Adultos

Educação em Voz Alta / Aliança Mundial pela Educação

Fundación Educación y Cooperación EDUCO

KIX / Aliança Mundial pela Educação

Open Society Foundations

OREALC UNESCO Santiago

OXFAM e Danish International Development Agency

UNICEF Lacro

Escritório da CLADE:

Av. Prof. Alfonso Bovero, 430, cj. 10.

Perdizes. São Paulo - SP - CEP 01254-000, Brasil

Telefone: 55 11 3853-7900

E-mail: clade@redclade.org

www.redclade.org

Dezembro de 2021

Permite-se a reprodução parcial ou total deste documento, sempre e quando não seja alterado o seu conteúdo e seja mencionada a sua fonte.

Este texto é um resumo do documento “*A situação da Educação com Pessoas Jovens e Adultas na América Latina e no Caribe, no contexto da pandemia*”, encomendado pela Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE), com o propósito de contribuir, a partir da América Latina e do Caribe (ALC) e da perspectiva do direito à educação como um direito humano fundamental, com o processo da Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VII), que será sediada pelo Marrocos, durante o ano de 2022.

O documento, de caráter descritivo e analítico, foi elaborado entre os meses de junho e setembro de 2021 e inclui a análise de fontes secundárias e o levantamento de fontes primárias. As fontes secundárias, de caráter documental, basearam-se na pesquisa em páginas de internet e fóruns realizados por diversos organismos internacionais e da sociedade civil – incluindo a reunião preparatória regional para a CONFINTEA VII¹ – e em uma busca exaustiva de informação em 18 países da região, com foco nas orientações e documentos produzidos na pandemia. As fontes primárias, de caráter qualitativo, envolveram a realização de debates, através de meios virtuais: foram convocados profissionais de ministérios de Educação, especialistas, educadores e educadoras de diferentes países; realizaram-se cinco debates, com um total de 23 participantes. Devido ao caráter intencional da amostragem e voluntário na participação, os resultados não são generalizáveis. No entanto, a riqueza e profundidade dos debates, em conjunto com a extensa sistematização de informação secundária permitem contar com um panorama amplo da situação da Educação com Pessoas Jovens e Adultas (EPJA) na América Latina e no Caribe, em tempos de pandemia.

O estudo começa recuperando marcos normativos provenientes de diferentes convenções e acordos, a partir de um olhar voltado para desafios atuais da humanidade. Retomam-se abordagens que marcaram o debate. O ponto de partida é a Primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), em 1949 e, no percurso, vincula-se o contexto a marcos conceituais e compromissos firmados pelos países. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) são tidos como um marco de referência universal, cujo valor é reconhecido. No entanto, aponta-se para a ausência da EPJA nos ODSs e para a falta de uma visão que compreenda o enorme potencial da Educação com Pessoas Jovens e Adultas para o desenvolvimento do conjunto dos Objetivos e metas propostos.

Entre as referências que articulam e dão coerência ao texto, destacam-se duas perspectivas fundamentais: o enfoque do direito à educação como um direito humano fundamental e o posicionamento da Educação com Pessoas Jovens e Adultas. O enfoque de direito situa-se a partir de uma visão relacional, histórica e de valor, que ressalta a dignidade dos sujeitos como condição para a conquista da justiça social e a capacidade da EPJA de defender direitos e exercer cidadania. A substituição da proposição *de*, em geral mais usada na literatura, por *com*,

¹ UNESCO, CONFINTEA VII: mobilização social pela Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA) na América Latina e no Caribe: <https://es.unesco.org/node/339521>.

encerra uma visão epistemológica que confere um novo posicionamento à EPJA, ao reconhecer os sujeitos, suas práticas e métodos como protagonistas na configuração de conhecimentos e modos de construir tanto políticas, quanto vínculos pedagógicos; nesse âmbito, a América Latina e o Caribe têm uma vasta e rica experiência a recuperar, com contribuições a partir da educação popular e da participação social.

O direito à educação e a revitalização epistemológica da Educação com Pessoas Jovens e Adultas situam-se em um contexto caracterizado por uma profunda crise multidimensional e sistêmica, qualificada como “crise civilizatória”; a partir dessa perspectiva, coloca-se o desafio de encontrar saídas, que requerem mudanças profundas sustentadas em imperativos éticos e de valores. A esse respeito, diversas vozes apontam para propostas baseadas no “Buen Vivir”. Por trás dessa visão geral, o texto analisa as condições especialmente complexas que a região da América Latina e do Caribe enfrenta, presa na grande e histórica desigualdade e no baixo crescimento, agravados no contexto da pandemia.

O segundo capítulo do texto corresponde ao levantamento e à análise de dados secundários. A sistematização inclui a análise de informação e propostas elaboradas em tempos de pandemia, a partir do olhar de organismos internacionais, agências de cooperação e organizações da sociedade civil. Uma primeira constatação é a escassa disponibilidade e dispersão de fontes, que dificulta uma sistematização atualizada da situação da Educação com Pessoas Jovens e Adultas. À falta de informação estatística, soma-se a escassa visibilidade da EPJA. Verifica-se com frequência que, do ponto de vista internacional, nem a EPJA é visível como modalidade dentro do sistema, nem as/os estudantes de EPJA são vistos como sujeitos do direito à educação. A referência a pessoas jovens e adultas está associada ao apoio às crianças e adolescentes, e não se percebe o direito a seu próprio desenvolvimento educativo.

A sistematização de fontes secundárias foi registrada em fichas para cada um dos 18 países da região; a informação foi organizada em torno de cinco eixos: *institucionalidade, condições de uso da tecnologia, sujeitos da pandemia, dimensão pedagógica e financiamento*. Como é compreensível, as ações e reações dos países na pandemia não são independentes das políticas e de situações anteriores ao impacto da COVID-19. Um assunto problemático é a debilidade institucional para projetar políticas em longo prazo. Na pandemia, a tendência dominante tem sido a omissão da EPJA, ou a subordinação acrítica às orientações gerais do sistema educativo. Os países que alcançaram continuidade educativa na pandemia têm experiências e políticas prévias, geralmente relacionadas a programas flexíveis, a partir dos quais se organizam respostas adaptativas que oferecem alternativas parciais.

Como é evidente, a capacidade de resposta está associada ao acesso a redes e à disponibilidade de dispositivos digitais. Essas condições estão ligadas à situação de vida das pessoas, de modo que os efeitos da pandemia agravam as desigualdades e

violam ainda mais o direito à Educação com Pessoas Jovens e Adultas. Na maioria dos países, como resposta pedagógica à pandemia, foram ofertadas adaptações que buscaram selecionar os aspectos mais relevantes do currículo. Simultaneamente, materiais educativos disponíveis anteriormente foram digitalizados e incorporados como imagens a plataformas na internet. Em alguns ministérios e secretarias, registram-se orientações a docentes da EPJA. Em casos excepcionais, são mencionadas ações destinadas a pessoas e grupos com diversidades linguísticas e culturais, em situação de mobilidade ou em contextos prisionais. Também não se evidenciam ações afirmativas de gênero. Não é fácil dimensionar o impacto efetivo da pandemia na EPJA, não há informação sistematizada disponível, mencionam-se dados parciais, referentes a localidades ou centros, que só podem ser encontrados após uma pesquisa exaustiva, que sempre é parcial. Também não há informação sobre orçamentos ou recursos adicionais para enfrentar a pandemia. Pelo contrário, informa-se que estabelecimentos foram fechados, que houve cortes em cestas básicas, que faltam produtos/itens sanitários, que estão ausentes os recursos para o deslocamento seguro de docentes.

No terceiro capítulo, sistematizam-se as perspectivas, experiências e opiniões compartilhadas em mesas de diálogo com profissionais de ministérios e secretarias de Educação, especialistas e docentes da EPJA. A sistematização foi organizada, tendo como referência as mesmas cinco dimensões da análise documental. Na pandemia, as respostas institucionais não são homogêneas, alguns países simplesmente desconhecem a modalidade, enquanto outros adiam sua continuidade, afetados por mudanças de governo. A permanência de programas é favorecida, quando existem ações de mobilização social e/ou quando os programas têm enraizamento territorial e comunitário. A identificação de sujeitos da EPJA adquire especial relevância para a compreensão das respostas na pandemia. Entre elas, destaca-se o papel de educadoras e educadores: unanimemente nos debates, ressaltaram-se experiências de renovação, comprometimento e criatividade na luta contra a pandemia. Os depoimentos indicam a rápida aquisição de ferramentas tecnológicas – para a qual a solidariedade e o apoio mútuo foram fundamentais –, assim como a capacidade de construir múltiplas estratégias de assistência às pessoas jovens e adultas, incluindo a interação pessoal, a afetividade e a dimensão socioemocional. A pandemia também permitiu visibilizar as precárias condições de trabalho das e dos docentes, muitas vezes sujeitos a ações específicas que não tiveram continuidade na pandemia.

Com relação ao acesso às tecnologias, é unanimemente reconhecida a brecha digital, associada às condições de vida das pessoas. O relatório destaca a percepção comum do *déficit* de competências tecnológicas como um obstáculo à adaptação *online*, a falta de acesso à conexão e aos aparelhos tecnológicos. Os contatos mais frequentes são reduzidos aos dispositivos aos quais as pessoas têm acesso – fundamentalmente, *Whatsapp*, uma forma de comunicação com limites evidentes. Há outros limites, não visíveis, relativos à disposição de se adaptar a sistemas *online* e aos medos em torno do uso da tecnologia. Tais limites referem-se também ao lugar das pessoas adultas

em seus próprios lares, à escassez de recursos e à prioridade dada à continuidade dos estudos das crianças. A adaptação forçada às plataformas digitais é avaliada positivamente, devido às possibilidades de comunicação e de desenvolvimento de habilidades necessárias no mundo atual. O perigo, especialmente para a Educação com Pessoas Jovens e Adultas, é a vivência de novas exclusões e o enfraquecimento da oferta gerada pela brecha digital.

Em relação à dimensão pedagógica, as respostas estão associadas à intermitência da pandemia, com flutuações ao longo do tempo e alternância de retornos presenciais ou semipresenciais. Se há uma ideia fortemente presente em todos os debates, é sobre o valor insubstituível da ação educativa presencial. Na pandemia, abriu-se uma questão interessante em torno da priorização e da adequação curricular, do surgimento de uma perspectiva de articulação entre disciplinas e da organização de núcleos de aprendizagem, o que possibilita adquirir experiência para uma autêntica revolução curricular, a partir de uma abordagem interdisciplinar. No âmbito pedagógico, manifesta-se com relevância a formação socioemocional, e como dispositivo de comunicação, ressurgem a importância da rádio como um instrumento a serviço da comunidade, com inegável valor educativo. A questão da disponibilidade de recursos e do financiamento para a EPJA é crítica; como foi indicado, os orçamentos estão relacionados aos projetos dos governos eleitos e, na pandemia, à baixa importância da EPJA nos sistemas educativos. Incide também sobre os orçamentos uma forte tendência a subsidiar a demanda por priorização de populações, em circunstâncias em que o direito à educação deve ser universal.

O quarto capítulo apresenta conclusões, faz recomendações e propõe estratégias. Entre as conclusões, destacam-se aspectos relativos às políticas, alertando-se para o risco de acentuação da invisibilidade da EPJA e também da falta de reconhecimento das pessoas jovens e adultas como sujeitos do direito à educação e não apenas como “apoio” para a continuidade educativa e como suporte emocional para filhas e filhos. Destaca-se o papel das e dos docentes, o valor da aprendizagem mútua, a capacidade de gerar estratégias de vínculos humanos e pedagógicos na pandemia. Ressalta-se a acentuação da desigualdade por falta de acesso à tecnologia e meios de comunicação, valoriza-se a rádio como meio de comunicação e aprendizagem. Na EPJA, faltam dados, falta informação sistematizada, e também falta pesquisa – questões fundamentais para a renovação do campo. Um ponto particularmente relevante é a percepção fundamentada de um esgotamento e dos limites do modelo atual: na pandemia, ganhou importância a aprendizagem intergeracional e intercultural, abriu-se um diálogo transversal nas casas e nos espaços comunitários e laborais, surgiram estratégias de apoio e solidariedade, ressignificou-se o contexto, desafiando o sistema a repensar a oferta educativa. O reconhecimento e valorização desse espaço de encontro é também uma forma de valorizar as pessoas jovens e adultas como sujeitos de direitos e como produtoras de conhecimento e criadoras de cultura.

Em consonância com essas ideias, são apontadas recomendações que buscam um diálogo com o processo da CONFINTEA VII. Nesse diálogo, recuperam-se acordos prévios e se destaca a essência do convite a “contribuir para a cultura dos direitos humanos, a justiça social, os valores comuns e a sustentabilidade”. A partir disso, situam-se elementos que configuram propostas com visão de futuro. Emoldurando as recomendações e se desdobrando nas linhas estratégicas, está a necessidade de construir uma nova narrativa da EPJA, ou seja, outras formas de compreensão da Educação com Pessoas Jovens e Adultas, que permitam ampliar e redefinir sua área de ação e gerar conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento e implementação de políticas e práticas para garantir o pleno exercício do direito à educação. Nesse ponto, propõe-se a recuperação da tradição latino-americana de educação fundamental, renovada com contribuições do conhecimento regional construído a partir da educação popular, assim como a sistematização de experiências governamentais que favoreceram o direito à educação das pessoas mais desfavorecidas.

Das conclusões e recomendações, emanam propostas de linhas estratégicas que também se situam como parte da reflexão em torno do processo atual da CONFINTEA, no qual percebe-se uma oportunidade, mas também o risco de reiteração de discursos e compromissos que depois não se cumprem, acarretando deslegitimação e inoperância, pela maneira com que se conforma o cenário para a EPJA, em âmbito internacional.

Colocar no centro a construção de uma nova narrativa para a EPJA constitui uma oportunidade de convergência, aprofundamento e projeção da Educação com Pessoas Jovens e Adultas em um contexto de crise que, simultaneamente, constitui um tempo de esperança.

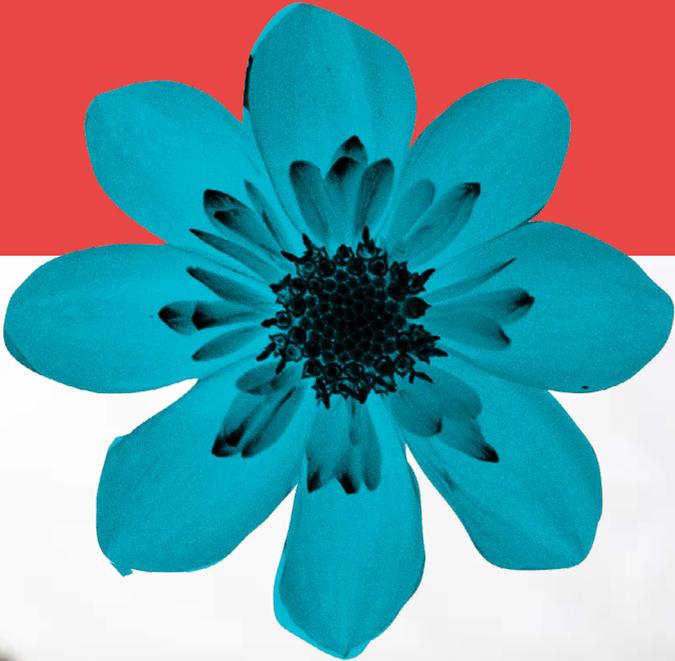


Foto: Getty Images



RUMO À CONFINTEA VII: RECOMENDAÇÕES E LINHAS ESTRATÉGICAS

CONCLUSÕES

Em situações de crise, observam-se com maior nitidez problemas e fenômenos sociais que têm tendência a se esconder ou minimizar. A crise atual gera incerteza, mas também esperança, porque coloca em evidência a necessidade de produzir mudanças profundas nos modos de vida e formas de habitar o planeta. Embora não seja a primeira crise que a humanidade enfrenta, a atual pandemia adquire um sentido civilizatório, que põe em risco o exercício dos direitos humanos. Finalizada a Segunda Guerra Mundial, há mais de setenta anos, os acordos entre as nações permitiram firmar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujos princípios ainda têm plena vigência, sendo atualizados de acordo com contextos e conjunturas particulares.

Partimos dessa reflexão, porque o estudo sobre a Educação com Pessoas Jovens e Adultas na América Latina e no Caribe solicitado pela CLADE assume esse olhar duplo: para a crise, como uma necessidade de mudanças profundas, e para os direitos humanos, como uma referência fundamental para sustentar e orientar transformações. Nessa perspectiva, salientamos as principais conclusões do estudo.

A invisibilidade da EPJA acentua-se na pandemia.

Embora a EPJA permaneça como parte da oferta educativa dos ministérios e secretarias, na maioria dos casos, limita-se a um tipo inercial de política pública que a coloca no final de todos os processos e orçamentos. A invisibilidade é generalizada, mesmo entre pessoas sensíveis às injustiças sociais e comprometidas com a perspectiva do direito à educação. Em tempos de pandemia, a invisibilidade da EPJA na América Latina e Caribe se acentuou, o que se deve não só à baixa prioridade que a EPJA tem para os governos, mas também para os próprios organismos internacionais. A UNESCO, na pandemia, esqueceu-se da EPJA na América Latina e no Caribe: ela não figura nos relatórios, não é nomeada, nem

sequer para explicar sua omissão. As dificuldades aumentaram na pandemia, porque as pessoas que participam da Educação com Pessoas Jovens e Adultas viram a sua precariedade laboral acentuada, porque elas não têm acesso à conexão, nem a aparelhos digitais, porque têm de enfrentar as múltiplas dificuldades que envolvem suas famílias. Essas dificuldades são agravadas pela falta de programas que visibilizem a EPJA, através de recursos e apoios específicos para favorecer a continuidade do estudo.

O lugar reservado à Educação com Pessoas Jovens e Adultas favorece a continuidade acrítica das políticas no sistema educativo.

A permanência da invisibilidade da EPJA é funcional ao próprio sistema educativo, é o lugar reservado para aquilo que não funcionou no sistema regular, voltado a crianças e adolescentes. A EPJA tornou-se um espaço fechado, que reluta diante da inovação e tem pouco estímulo para desenvolver-se e crescer. São escassas as experiências que se referem a mudanças na concepção, gestão e ações que possibilitem o exercício do direito à educação. As normas de obrigatoriedade, em anos de escolaridade, que a maioria das legislações dos países promulgaram não se traduzem em metas possíveis de alcançar, por deficiências em matéria de cobertura, retenção e qualidade do sistema escolar, gerando um círculo que retroalimenta a permanência da EPJA como um espaço residual, reparador e compensatório, aberto a oferecer uma alternativa pouco fortalecida às pessoas excluídas do sistema. As razões do abandono não devem apenas ser procuradas em fatores externos ao sistema, elas também se encontram nas próprias políticas e ações educativas. Cada vez mais, tem-se uma população juvenil para quem a educação regular se converteu em um espaço tedioso.

As políticas não garantem o direito à educação, nem a realização de progressos em direção aos ODSs.

A falta de informação válida, confiável e transparente dificulta a elaboração e o acompanhamento das políticas de EPJA. Os poucos dados disponíveis são dispersos e/ou descontinuados, não existem estatísticas oficiais e comparáveis. No âmbito latino-americano, não existe um dispositivo específico que capture a informação sobre a Educação com Pessoas Jovens e Adultas. Uma fonte usualmente utilizada no âmbito da América Latina e Caribe, como o SITEAL, não dispõe de informação sobre EPJA.

À falta de fontes de informação, acrescenta-se a escassa visão sobre o contexto e as condições de vida das pessoas jovens e adultas, que fundamentam a concepção e acompanhamento de políticas e programas. Isso se reflete na escassa flexibilidade das ofertas educativas, em metodologias e conteúdos pouco pertinentes, em formas

rígidas de avaliação, em escassas instâncias sistemáticas de formação docente, em ajustes curriculares e pedagógicos pouco pertinentes. Falta uma abordagem sistêmica, que coloque a EPJA no contexto social. Sem ela, não se garante o direito à educação de todas as pessoas. A inadequação e baixa pertinência das políticas acentua-se em tempos de pandemia, gerando uma brecha ainda maior entre as necessidades das pessoas e a capacidade de resposta do sistema. A precariedade dos apoios apenas contribui para limitar seu alcance e reproduzir as condições que se pretende resolver. Associada a isso, tem-se a baixa relevância das políticas para a realização dos ODSs de maneira integral.

Além disso, embora os próprios ODSs não reconheçam a existência e o potencial da EPJA para seu cumprimento, as políticas assumidas no contexto de pandemia, por apresentarem essa rigidez e invisibilizarem as diversidades, as dinâmicas complexas e participativas das comunidades e o papel central de educadores e educadoras na manutenção do trabalho educativo e de seus aspectos emergentes, também não estão contribuindo para esse fim.

Na pandemia, a falta de reconhecimento das pessoas jovens e adultas como sujeitos de direitos agrava-se para populações específicas.

A maioria dos estudos disponíveis na pandemia não faz referência à Educação com Pessoas Jovens e Adultas. No entanto, os relatórios dos países e organismos internacionais apelam para a necessidade de que mães, pais, cuidadoras/es ou pessoas adultas responsáveis apoiem filhos e filhas com as tarefas escolares, que as/os acompanhem em suas lições, que lhes deem suporte emocional, gerem instâncias de recreação, enfim, que sejam intermediárias/os do aprendizado, que se transferiu da escola para o lar. Jovens e pessoas adultas não são percebidas/os como sujeitos de direito, são percebidas/os como ajudantes, apoio às novas gerações. Esse lugar é internalizado pelas próprias pessoas jovens e adultas que têm responsabilidades parentais ou familiares: se há algum recurso disponível, são as filhas e filhos a prioridade, as pessoas não acham legítimo exercer seu direito à educação.

A falta de reconhecimento do direito à educação acentua-se para populações específicas. As sociedades requerem um suporte social que sustente e dê continuidade à sua própria existência. Esse apoio recai prioritariamente sobre as mulheres e, em muitas comunidades, sobre as mulheres idosas. As mulheres que vivem essa situação não são reconhecidas como sujeitos de direitos, habitualmente, elas mesmas internalizam um lugar subalterno, o que explica em parte a dificuldade de encontrar motivação para iniciar um processo formativo. Em situação de pandemia, a posição das mulheres como as principais responsáveis pelo cuidado nos espaços domésticos e dos membros da família deixou-as em situação de maior vulnerabilidade e desigualdade econômica, laboral e de acesso à educação.

Na lógica da exclusão de ordem estrutural, outras populações estão experimentando uma agudização das condições de desigualdade e marginalidade no sistema educativo. O racismo e a xenofobia são expressões recorrentes dessa situação, que se manifesta contra as populações indígenas, entre outras marginalizadas, que não têm acesso a condições básicas para continuar os estudos, populações migrantes, que devem priorizar a subsistência, pessoas em estabelecimentos penais, para quem pouco se tem podido dar continuidade educativa. A exclusão aconteceu também com populações com escasso domínio da leitura e da escrita, entre as quais foi muito difícil a adaptação a formatos não presenciais.

Por sua vez, em todos os países e nos estudos regionais, os dados advertem para o abandono escolar precoce de crianças e adolescentes. Em situação de pandemia, o sistema educativo e as políticas e planos foram insuficientes para responder à emergência, e a responsabilidade pela continuidade dos estudos tem sido frequentemente transferida para as famílias. Estudantes provenientes de lugares com menos oportunidades estão mais expostos/as à interrupção de suas trajetórias formativas. São essas crianças e jovens que encontrarão, na oferta de Educação com Pessoas Jovens e Adultas, um lugar para continuar.

O cenário analisado mostra que as políticas e ações específicas para essas populações são praticamente nulas em situação de pandemia. Salvo raras exceções, elas nem sequer são nomeadas. A singularidade da diversidade não é reconhecida nem atendida, mas sim inserida no contexto do que se faz para as pessoas jovens e adultas em geral, sem levar em consideração aspectos locais, como as línguas, a condição territorial ou as culturas.

Na pandemia, ressignifica-se o valor e compromisso de educadoras e educadores e a aprendizagem mútua, como chaves para os processos necessários de formação.

Evidencia-se que a criatividade, a capacidade de diálogo e de organização baseada no compromisso e profissionalismo das/dos docentes têm sido fundamentais para sustentar a EPJA na pandemia. O estudo demonstra que múltiplas estratégias docentes permitiram a continuidade de processos: o contato com participantes através de meios tecnológicos e/ou visitas aos domicílios e, inclusive, do apoio financeiro por iniciativa própria, assim como o conhecimento e uso de códigos comunitários por docentes foram relevantes para apoiar aspectos socioemocionais e cognitivos, mesmo com riscos para sua própria saúde. Nesse processo de adaptação forçada à virtualidade, o apoio mútuo e a possibilidade de diálogo intergeracional entre os/as próprios/as docentes permitiram descobrir capacidades e reforçar a autoestima e a identidade de educadoras e educadores. Esses processos são evidenciados pela necessidade de formação sistemática, atualizada, que reconheça também as/os docentes como sujeitos de direitos.

A falta de acesso à tecnologia e aos meios de comunicação aumenta a desigualdade.

Como se pode verificar no estudo, as possibilidades de comunicação virtual são muito limitadas, não só pela dificuldade de acesso à tecnologia, mas também pela ausência do valor de se reconhecer uns/umas aos outros e outras em um espaço de pertencimento e encontro, que permita descobrir suas potencialidades e de se reconhecer como “legítimo/a aprendiz”. A brecha digital, amplamente constatada, gera nas pessoas jovens e adultas uma dupla exclusão, pela falta de apoios e pelos obstáculos visíveis e não visíveis para acessar uma modalidade educativa *online*. A forma de comunicação mais amplamente utilizada é o *Whatsapp*, por ser o único dispositivo tecnológico generalizado. No entanto, é uma ferramenta unidirecional e o seu uso tem o propósito fundamental de gerar redes de comunicação e apoio emocional, ao mesmo tempo que exige condições econômicas tanto em nível pessoal, quanto familiar e comunitário. A revalorização da rádio como meio de comunicação e aprendizagem foi outra das lições aprendidas durante a pandemia, devido à maior disponibilidade e cobertura nas localidades. Também emerge o uso de *podcasts* para trabalhar com e a partir da oralidade, principalmente com populações em processos de alfabetização.

A adaptação forçada às plataformas digitais tem avaliações positivas quanto às possibilidades de comunicação e desenvolvimento de habilidades necessárias no mundo atual. O perigo, especialmente para a Educação com Pessoas Jovens e Adultas, é a vivência de novas exclusões e o enfraquecimento da oferta gerada pela brecha digital, expressão das múltiplas desigualdades no contexto latino-americano atual.

Na pandemia, percebe-se claramente o esgotamento e os limites de um modelo.

É evidente a importância da aprendizagem intergeracional e intercultural. Os novos espaços e tempos de aprendizagem desafiam a encontrar novos significados e valores para a educação.

São muitas as situações de aprendizagem intergeracional que a pandemia torna visíveis, não apenas como um intercâmbio funcional de jovens e crianças ajudando a pessoas idosas com a tecnologia, ou de mães ou pais ensinando trabalhos domésticos. A pandemia abre as possibilidades de um diálogo diferente, um diálogo transversal que acontece nas casas, nos espaços comunitários e laborais. Nesses tempos de crise, os espaços de diálogo abrem-se como uma estratégia de subsistência, em refeições comunitárias, refeitórios populares, oficinas de capacitação. A pandemia ressignifica o contexto, desafiando o sistema a repensar a oferta educativa, em lugares onde o nome “formal” o torna distante e o encapsula em um sistema fechado, à margem do que acontece nos contextos e na vida das

peessoas. É em contexto, que a aprendizagem ao longo da vida transparece e se torna possível, não como compensação, nem como uma visão ampla que tudo comporta. A aprendizagem intergeracional, o reconhecimento e valorização desse espaço de encontro também é uma maneira de valorizar as pessoas jovens e adultas como sujeitos de direitos e como produtoras de conhecimento e fazedoras de cultura.

A continuidade educativa, os cuidados em saúde, a construção de comunidade e cidadania, a realização de progressos na aprendizagem de crianças, jovens e famílias, a organização social para a preservação do ambiente, a solidariedade, o respeito pelo conhecimento partilhado, a reflexão e recuperação cultural, a criação de projetos de produção e consumo sustentável são alguns dos campos que, a partir da experiência cotidiana, nos espaços e redes familiares e comunitários, uma EPJA viva articula e potencializa.

A insuficiência das pesquisas dificulta a produção de conhecimentos em torno da Educação com Pessoas Jovens e Adultas.

No campo da Educação com Pessoas Jovens e Adultas, não só é difícil ter acesso a dados públicos, válidos e confiáveis: faltam também pesquisas que permitam produzir conhecimento. A falta de investigação está associada ao escasso estímulo às políticas de Estado sobre o tema, refletindo também a escassa importância que a EPJA tem nas universidades e outros centros de produção de conhecimento. Como é possível verificar, este estudo só menciona uma experiência, inicial, de programa de Doutorado em EPJA na América Latina e no Caribe. É possível pensar que a própria comunidade acadêmica omite a EPJA, favorecendo seu carácter marginal; assiste-se assim a uma dupla omissão, a do próprio campo educativo e a da sociedade.

O enorme potencial de investigação em EPJA é muitas vezes ignorado. Pouco tem sido pesquisado sobre a identidade que ela constrói, em articulação com outras redes e instituições sociais, para além do âmbito educativo formal. Não foi valorizada a geração de um campo específico transdisciplinar de conhecimento, para o qual confluam diversas disciplinas das áreas de ciências sociais e biológicas. Não se tem apreciado a enorme importância de aprofundar a construção de conhecimentos a partir de processos políticos e pedagógicos participativos. Pouco tem sido sistematizado das necessidades de aprendizagem das pessoas, como base para o desenho de políticas e programas. Especificamente na pandemia, abre-se um campo para reconhecer novas possibilidades no âmbito de inovações curriculares e estratégias, apoiadas por educadores e educadoras.

RECOMENDAÇÕES

Na situação de crise do contexto atual, a realização dos processos preparatórios para a CONFINTEA VII representa uma oportunidade para construir alternativas em EPJA. A própria noção de crise refere-se à mudança, ao trânsito, a um processo de definição para melhorar o trajeto percorrido e significa também uma perspectiva de futuro. Convém também ter presente que a Conferência “analisará políticas eficazes de aprendizado e educação de adultos desde uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida e levando em conta os objetivos de desenvolvimento das Nações Unidas”.

Além disso, é necessário mencionar que os processos preparatórios fazem um chamado para “contribuir para a cultura dos direitos humanos, a justiça social, os valores comuns e a sustentabilidade” como perspectivas relevantes para um momento da humanidade que demanda mudanças sociais e transformações também nas formas com que temos convivido com o meio ambiente. No contexto da realização da *Consulta subregional de educação para jovens e adultos na América Latina. Rumo à ConfinteA VII*, foram consideradas quatro estratégias: *geração de conhecimento, fortalecimento da promoção de alianças, fortalecimento de capacidades e apoio à formulação de políticas* – elementos referenciais, que permitiram dialogar com os processos preparatórios e que agora avançam para a CONFINTEA VII. A fim de contribuir para esse processo, apresentam-se a seguir recomendações derivadas do estudo realizado e com uma visão de futuro.

Construção de outra narrativa da EPJA

As condições que a pandemia exhibe e aprofunda demandam a construção de outra narrativa, visto que o estudo apresenta os limites e esgotamento do modelo de definição e ação da EPJA: outro modo de compreensão da EPJA, que permita ações mais contundentes para redefinir seu campo de ação e gerar conhecimento que contribua para a concepção e implantação das políticas e das práticas, de forma a garantir o exercício pleno do direito à educação. Esse é o principal desafio, a partir do qual as recomendações que seguem ganham sentido.

Recuperar a tradição latino-americana de educação fundamental, renovada com contribuições do saber regional construído a partir da educação popular, assim como a sistematização de experiências governamentais que favoreceram o direito à educação das pessoas mais desfavorecidas, avançar para uma EPJA ampliada, que não reforce seu caráter marginal e corretivo, que recupere uma perspectiva humanista para desenvolver ações *com* pessoas jovens e adultas, seus coletivos, necessidades e interesses supõe outras relações educativas, com base em uma perspectiva de interculturalidade, entendida em diálogo com gênero, geração e etnia, para construir outro vínculo pedagógico.

A aprendizagem ao longo da vida e os valores que a sustentam podem ser enriquecidos pela sustentabilidade, com valores como a solidariedade e a cooperação que a própria pandemia colocou na agenda social. É indispensável ratificar a educação também para a *vida social e natural*, com categorias e abordagens como a biopolítica, a bioética e o “Buen Vivir”.

As linhas recomendadas para a construção de outra narrativa não evitam sua contribuição para o cumprimento dos ODSs, porém, é necessário ampliar o olhar e construir uma perspectiva de longo alcance, que situe de maneira explícita a EPJA, seu sentido social e seu potencial educativo para toda a sociedade e para a melhoria do ambiente.

Visualizar outra EPJA em espaços nacionais e internacionais

Sua visibilidade em espaços internacionais implica em olhar para os contextos a partir de outros marcos analíticos e para as pessoas da EPJA como sujeitos de direito e estabelecer compromissos de cooperação e de política pública. No âmbito dos sistemas educativos nacionais, implica em, além de reforçar os espaços específicos, reconhecer seu carácter transversal, na medida em que a EPJA contribui para o enriquecimento da educação em geral e é portadora de perspectivas e ações para a obtenção de propósitos sociais.

Renovar a relação entre a EPJA e os sistemas educativos nacionais

Construção de subsistemas educativos de EPJA no âmbito dos Sistemas Educativos Nacionais que, ao consolidarem sua identidade, articulem-se com outras ações, produzindo um fortalecimento mútuo. Esses subsistemas teriam como missão gerir, de forma interseccional, órgãos e conselhos com representação e ações intersetoriais e interinstitucionais para a garantia do direito à educação e o fortalecimento de seu carácter público e gratuito. Trata-se de outra forma de gestão, que compreenda a condição educativa do momento atual frente à intermitência e ao deslocamento dos territórios educativos que reformulam os tempos e espaços, tanto das pessoas, quanto dos próprios processos educativos, em suas diversas modalidades. O lugar de transversalidade da EPJA deve ser reconhecido e pode potencializar não só a realização de objetivos institucionais, mas, fundamentalmente, o direito à educação.

Avançar em direção a políticas renovadas e contextualizadas

Construir políticas de Estado que deem lugar a ações que garantam o direito à educação de todas e todos. Sugerem-se iniciativas de governo concretizadas em financiamentos, instituições fortalecidas, interinstitucionalidade, intersetorialidade e cooperação. É necessário que as políticas realizem seus propósitos, em âmbitos como o financiamento, a construção de alternativas educativas contextualizadas e em sintonia com os sujeitos participantes, instituições flexíveis e com sentido de cooperação e solidariedade.

É preciso rever as concepções a partir das quais as políticas definem o problema público a atender, para o qual se definem ações, estratégias e agendas. Isso implica a concepção e implementação de políticas que articulem dimensões como o local, o estatal e o nacional, em sua aplicação. Há, nesse âmbito, um recurso social e cultural para construir políticas também a partir do local.

Renovar a institucionalidade

A vulnerabilidade institucional deve ser superada com ações oportunas, recursos e uma perspectiva interseccional de direitos e de educação ao longo da vida e para a vida social e natural. Sua renovação exige flexibilidade de tempos, espaços, modelos pedagógicos, formas e tempos de certificação de conhecimentos adquiridos na vida e nos espaços educativos da EPJA. Ao mesmo tempo, a renovação exige a recuperação contextualizada e crítica da missão, visão e ética institucional, que demonstre a capacidade de coerência entre seus propósitos e ações, no âmbito de sua responsabilidade social e do contato que estabelece com as pessoas e com seu direito à educação.

Reconhecimento da diversidade e dos sujeitos de direito na EPJA

É preciso garantir o reconhecimento de todas e todos como sujeitos de direito, e não apenas como apoio para a educação das crianças, adolescentes e jovens, como apresentou o estudo. Da mesma forma, é necessário que as políticas em EPJA tomem iniciativas concretas, que permitam que a diversidade não se transforme em desigualdade, como o acontece com as comunidades indígenas e rurais, já que a precariedade da possibilidade de continuidade educativa se aprofunda no contexto da pandemia.

É necessário reconhecer os sujeitos de direito como sujeitos de diálogo, com propostas capazes de construir propósitos comuns a partir da diversidade. Sua participação e o reconhecimento das formas de fazer isso, por exemplo, através de movimentos sociais, é crucial para construir solidariedades e acordos sociais.

Revalorizar e dignificar o trabalho docente

Reconhecimento de educadoras e educadores como sujeitos de direitos; mais apoio material, ao transporte, à infraestrutura, com dispositivos e dados de acessibilidade, apoio pedagógico para uma formação gratuita, sistemática e pertinente com as demandas de ensinamentos e aprendizagens que o contexto exige e também em âmbitos como o socioemocional e o da saúde, que amparem seu trabalho cotidiano.

A experiência educativa historicamente concretizada na América Latina e Caribe, e que se dá no momento de pandemia, através das práticas educativas de docentes, é uma contribuição fundamental para desenvolver melhores encontros pedagógicos, pelo que se recomenda sua sistematização e incidência nos modelos e práticas educativas.

Cidadania digital

A transferência dos processos educativos para tecnologias digitais e meios de comunicação representa um desafio e um compromisso dos governos, que devem dar gratuidade de acesso, garantir segurança na utilização, formação para o emprego e condições sociais e comunitárias de infraestrutura, para a sua eficácia.

A promoção e fomento da cidadania digital deve preservar o direito ao acesso às novas tecnologias da comunicação e da informação, a partir de um posicionamento crítico e apoiar a constituição de pessoas não só como consumidoras de plataformas, sítios *web*, redes sociais e outros meios de comunicação social que favorecem o enriquecimento de grandes consórcios da comunicação. É indispensável que se compreendam as relações que se estabelecem através desses meios, suas amplas possibilidades e seus limites, já que auxiliam, mas nunca substituem uma relação social, um vínculo pedagógico.

A cidadania digital exige o acesso e o reconhecimento do lugar e da forma que ocupam os meios digitais no mundo político, cultural, do trabalho, educativo, assim como o direito ao respeito e à privacidade das pessoas.

Gerar conhecimento

Produzir conhecimento em e sobre a EPJA em seu sentido amplo é um meio para compreender e transformar os contextos; também é imprescindível conhecer para embasar a tomada de decisões. O conhecimento é um bem público ao qual se tem direito, e isso pode se tornar realidade através de processos educativos que

permitam superar um olhar utilitário e reposicionar o lugar do conhecimento na construção de subjetividades, de ações e de projetos de vida e de sociedade.

Constatou-se o valor da afetividade, do socioemocional como parte central, tanto da produção, quanto da apropriação e uso do conhecimento nos processos educativos e de investigação, razão pela qual é necessário o reconhecimento desses aspectos.

Construir um sistema de monitoramento

Construir um sistema de monitoramento que permita a prestação de contas à sociedade, ao mesmo tempo que apoia a tomada de decisões e a pesquisa educativa em EPJA. É necessário um sistema com dados atualizados, acessíveis, transparentes, válidos e confiáveis, que contenham indicadores que favoreçam o monitoramento do direito à educação.

Maior financiamento, transparência e uso coerente

As recomendações acima referidas só são possíveis se os governos atribuírem maiores orçamentos para a realização dos seus objetivos. Essa é outra forma de visibilizar a EPJA, conferindo-lhe a dimensão de justiça orçamentária para garantir o direito à educação.

À obrigatoriedade dos governos nessa área, acrescenta-se a necessidade de uma distribuição equitativa de recursos com um uso coerente, ao mesmo tempo que é necessário torná-la transparente.

Renovar o sentido e a estrutura das Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEAs)

Renovar postulados e ações através da construção coletiva de agendas pertinentes, com perspectiva de futuro para um mundo mais justo e em convivência harmônica com o meio ambiente. Fornecer conteúdos que ratifiquem os desafios anteriores e que contemplem os desafios emergentes trazidos pela pandemia, como a presença das tecnologias digitais e eletrônicas na vida das pessoas.

A estrutura de diálogo e participação nas Conferências, assim como os compromissos que se estabeleçam devem permitir construir sinergias para dar continuidade aos contextos de ação que delas surjam. O compromisso com sua realização, no sentido de articular a geração de conhecimento e o monitoramento de políticas públicas, é uma responsabilidade fundamental.

LINHAS ESTRATÉGICAS

Em pleno século XXI, é indiscutível que as políticas públicas devem exigir a participação de diversos atores na tomada de decisões, a partir de uma abordagem multidimensional e intersetorial, para abordar os temas da desigualdade e do desenvolvimento das sociedades. Na América Latina e no Caribe, só é possível compreender e assumir as diversidades, entendendo as profundas raízes da desigualdade social, com uma perspectiva inclusiva que reconheça as potencialidades e direitos de todos e todas, com a incorporação de uma abordagem intercultural, de um espaço de encontro respeitoso e igualitário, com expectativas de transformação social e com o desejo de alcançar bem-estar e justiça social.

O desafio é como avançar, a partir do paradigma do direito à educação como um direito humano fundamental e como um dever de Estado, consagrado pelas constituições da maioria dos Estados latino-americanos e caribenhos, tendo em vista um futuro em que as políticas na área de aprendizagem e Educação com Pessoas Jovens e Adultas assumam, em toda sua complexidade e amplitude, a diversidade e as crises estruturais. Essa perspectiva requer políticas públicas inovadoras e estratégias, que articulem iniciativas provenientes dos governos, das organizações da sociedade civil, das comunidades locais, dos organismos intersetoriais, das empresas e do setor privado e da cooperação internacional.

Com essas considerações e com a intenção de estabelecer diretrizes concretas, que permitam aos Estados tomar decisões de política e ação em torno da EPJA, frente à situação cíclica da pandemia, assim como aos desafios implicados em sua renovação e visibilidade, traçam-se algumas linhas estratégicas passíveis de discussão e análise, em cada país e no conjunto da região. Essas linhas derivam tanto das conclusões e recomendações que as precedem, como de alguns dos compromissos estabelecidos no Marco de Ação de Belém que, à luz do estudo, continuam pendentes. Um pressuposto e condição imprescindível para o desenvolvimento de cada uma delas é o diálogo e a participação de todos os setores e atores já mencionados.

1. RENOVAR A NARRATIVA DA EPJA COMO DIREITO HUMANO, ASSIM COMO SEUS FUNDAMENTOS, POLÍTICAS E AÇÕES.

- a. Constituir, com os governos, organizações da sociedade civil, organismos internacionais e todos/as os atores e sujeitos da EPJA, uma iniciativa de análise e renovação da narrativa de Educação com Pessoas Jovens e Adultas, a partir de uma perspectiva de direitos, das experiências vividas e do contexto da crise civilizatória.

- b.** Estabelecer, a partir dos organismos internacionais e regionais, assim como dos governos nacionais, um posicionamento explícito e público sobre a EPJA, com base em uma nova narrativa.

2. VISIBILIZAR A EPJA NOS CONTEXTOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS, COM UMA PERSPECTIVA DE DIREITOS E LEGITIMAÇÃO SOCIAL.

- a.** Incluir a EPJA em diversos espaços de cooperação regional e internacional, associando-a a seus múltiplos âmbitos de desenvolvimento e contribuição social.
- b.** Implementar políticas de comunicação nacionais e locais que criem ambientes sociais favoráveis à EPJA como direito inalienável e habilitador, a seus benefícios para as pessoas, à sua contribuição social, ao valor e à dignidade de quem dela participa.
- c.** Enraizar a oferta da Educação com Pessoas Jovens e Adultas na comunidade, com uma abordagem territorial, de forma que ela seja reconhecida e legitimada como um espaço que oferece oportunidades de aprendizagem para toda a população, incluindo todas as diversidades.
- d.** Articular iniciativas e programas comunitários de educação, capacitação e empreendedorismo, referentes a diferentes setores da economia, recuperando o trabalho produtivo das pessoas e coletivos em seu próprio benefício, e com ações de acompanhamento.
- e.** Difundir as possibilidades e contribuições sociais da EPJA, através de rádios comunitárias, redes sociais, espaços de interação coletiva e territorial (consultórios, colégios, prefeituras, entre outros) e, em especial, através de ações diretas de comunicação, apoiadas na disposição e localização de organizações e grupos da comunidade.

3. DEFINIR POLÍTICAS DE ESTADO DE LONGO ALCANCE E SITUAR A EPJA NO ÂMBITO DOS SISTEMAS EDUCATIVOS NACIONAIS E EM SUAS ESTRUTURAS.

- a.** Estabelecer marcos jurídicos específicos, do âmbito constitucional às leis de educação, normativas e regulamentos nacionais e locais, que fortaleçam e sustentem o exercício da EPJA como direito e a obrigatoriedade do Estado com seu cumprimento.

- b.** Criar subsistemas específicos de EPJA nos sistemas educativos nacionais, que ofereçam visibilidade, autonomia e articulação com base em uma perspectiva intersetorial e interseccional.
- c.** Desenvolver uma estratégia intersetorial ampla e articulada de reforço das capacidades locais para a gestão e a participação social, incluindo a área educativa e especificamente, a EPJA.
- d.** Validar e aplicar sistematicamente mecanismos transparentes de participação da sociedade civil e de todos/as os/as agentes públicos/as da EPJA para a definição e avaliação das políticas, programas, currículos, materiais, formação e gestão da educação e de sua operação.
- e.** Criar programas flexíveis de reinserção para jovens e pessoas adultas excluídas do sistema escolar.

4. RENOVAR E FORTALECER A INSTITUCIONALIDADE DA EPJA JUNTO AOS ESTADOS.

- a.** Redefinir os núcleos da institucionalidade para as políticas públicas, a partir de uma perspectiva de direitos, com ênfase em grupos excluídos, no trabalho com diversidades territoriais e sujeitos, no desenvolvimento sustentável e na cidadania digital.
- b.** Reforçar e ampliar a setorialidade e intersetorialidade da EPJA, para que ela seja parte dos programas ligados à conquista dos ODS e de eixos transversais presentes nas políticas, programas e ações de educação, saúde, emprego, ambiente, bem-estar familiar, desenvolvimento comunitário e outros, de modo que as linhas estratégicas, as abordagens e os recursos canalizados sejam harmonizados e aproveitados integralmente.
- c.** Aprofundar a articulação, sinergia e compromisso de diferentes níveis de governo, do nacional ao local, ao projetar e aplicar estratégias e linhas de ação na EPJA.
- d.** Avançar na integração dos quadros de qualificações de estudo e emprego para a progressão e, portanto, nos sistemas de reconhecimento, certificação e validação de conhecimentos e saberes adquiridos em qualquer âmbito e momento de vida.
- e.** Fortalecer a gestão de recursos que permitam melhorar as condições dos espaços educativos, assim como oferecer benefícios para a alimentação e transporte e financiamentos, como bolsas de estudos.

5. MELHORAR A QUALIDADE E A PERTINÊNCIA DA EPJA, COM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA E VOLTADA PARA A DIVERSIDADE.

- a.** Renovar, fortalecer e instrumentalizar, de forma participativa, os currículos, a regulamentação e a gestão das aprendizagens da EPJA, a fim de facilitar que eles sejam úteis, relevantes e pertinentes em âmbito local e incorporar os temas e linhas emergentes e de desenvolvimento sustentável, além de oferecer a flexibilidade temporal e espacial requerida, pela diversidade dos seus contextos específicos.
- b.** Favorecer a geração de redes entre participantes da EPJA, com uma perspectiva de legitimação do território e da comunidade como espaços de saberes, de vida e de aprendizagens.
- c.** Estimular a criação de programas próprios em âmbitos de interesse específicos, que permitam a formação em áreas como a filosofia, a expressão artística ou esportiva, mas também a formação em ofícios ou a preparação para continuar com os estudos de nível superior.

6. RECONHECER E GARANTIR A DIVERSIDADE E O ACESSO DOS GRUPOS EXCLUÍDOS À EPJA.

- a.** Visibilizar a caracterização e problemática dos diversos grupos e coletivos que participam da EPJA, assim como suas necessidades e demandas socioeducativas, com uma perspectiva interseccional.
- b.** Instrumentalizar e reafirmar as políticas de gênero, linguísticas, de pertinência cultural e de atenção a condições e necessidades específicas, como a situação de reclusão, assim como seu acompanhamento transversal nos programas e ações públicas de todos os sectores ligados ao domínio da EPJA.
- c.** Recuperar e desenvolver propostas educativas específicas para os mais diversos grupos e coletivos, com inclusão, pertinência e qualidade.

7. DESENVOLVER UM PROCESSO CONTÍNUO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DE EDUCADORAS, EDUCADORES E DOCENTES DA EPJA.

- a.** Realizar estudos que permitam conhecer e compreender as condições de participação, laborais e salariais dos/das educadores/as de pessoas adultas, orientados/as a realizar ações intersetoriais para sua melhoria.

- b.** Desenhar e aplicar políticas docentes para a EPJA, que considerem trajetórias ou carreiras de participação e formação, reconhecimentos e incentivos, socialização da prática e participação na definição de políticas e na formulação e adequação de métodos e materiais.
- c.** Recuperar e desenvolver estratégias para a criação ou o aprofundamento de sinergias com instituições acadêmicas e educativas, especialistas e pessoas interessadas em nível local e gerar compromissos de apoio e participação contínua na formação.
- d.** Estabelecer um quadro de qualificações e critérios para o reconhecimento, validação e certificação de saberes docentes, independentemente do local onde tenham sido adquiridos.
- e.** Realizar experiências, modelos e processos de formação de docentes, educadoras e educadores de diferentes níveis e modalidades educativas, a partir de uma perspectiva de incidência em situações novas, como o bem-estar socioemocional, a apropriação de tecnologias e a aprendizagem intergeracional na família e na comunidade.
- f.** Instrumentalizar programas de educação Normal ou de formação de professoras e professores para formar docentes com dedicação específica à EPJA.
- g.** Constituir redes virtuais e presenciais de capacitação e intercâmbio permanente entre educadores/as que, em articulação com universidades, apoiem estratégias para melhorar a qualidade e a pertinência da EPJA e aproveitem e reforcem as capacidades dos/das formadores/as e educadores/as em âmbito local.

8. DESENVOLVER A CIDADANIA DIGITAL.

- a.** Realizar diagnósticos aprofundados para conhecer as condições reais de infraestrutura e acesso digital dos diferentes sujeitos da EPJA.
- b.** Estabelecer as condições para garantir o acesso equitativo a dispositivos e à conexão para a inclusão digital dos sujeitos da EPJA, em toda sua diversidade, assim como o cuidado e respeito à sua privacidade e direitos em meio digital.
- c.** Formular e instituir marcos normativos que regulem os termos e condições da participação privada nos serviços digitais para os atores e sujeitos da EPJA.

- d.** Desenvolver programas educativos e de capacitação gratuitos para a compreensão e o uso crítico e reflexivo das tecnologias digitais necessárias na EPJA, tanto para as educadoras, educadores e docentes, como para as pessoas jovens e adultas.
- e.** Promover o direito à participação dos atores da EPJA e das comunidades no uso das tecnologias digitais como uma ferramenta de transformação.

9. GERAR CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COLABORATIVOS, PERTINENTES E INOVADORES PARA A EPJA.

- a.** Criar iniciativas de geração de conhecimento em EPJA, através de sinergias entre instituições de ensino superior e pesquisa e a sociedade civil para sua elaboração, que contribuam para a tomada de decisões, as práticas educativas, a formação e o monitoramento.
- b.** Fortalecer as capacidades de pesquisa e de sistematização de políticas e práticas em Educação com Pessoas Jovens e Adultas, estabelecendo redes que, através de projetos e/ou linhas de ação específicas, vinculem universidades, centros especializados, entidades públicas e/ou nacionais, ONGs e instituições da sociedade civil da América Latina e do Caribe.
- c.** Vincular os âmbitos escolares e não escolares, através de pesquisas, experiências e programas que fortaleçam a transversalidade setorial e a gestão comunitária no aprendizado adulto.

10. GARANTIR UM FINANCIAMENTO ETIQUETADO, SUFICIENTE E ADEQUADO PARA A EPJA.

- a.** Aumentar o investimento específico para a EPJA, como parte dos sistemas educativos nacionais.
- b.** Formular matrizes programático-orçamentárias que quantifiquem o investimento necessário para desenvolver diferentes ofertas de qualidade em EPJA.
- c.** Criar fontes alternativas de financiamento e novos mecanismos de mobilização de recursos que contribuam ou possam contribuir com os setores público, privado e social, criando ou adequando o marco normativo que for necessário.

- d. Desenvolver indicadores que permitam visualizar o investimento direto e indireto em EPJA e na alfabetização, assim como nos programas intersetoriais que as envolvam e os mecanismos para garantir sua transparência, acompanhamento e prestação de contas.
- e. Institucionalizar sistemas de incentivos para que empresas, organizações e outros grupos da sociedade civil promovam e facilitem a participação dos seus trabalhadores/as, membros ou filiados/as na EPJA.

11. REALIZAR AÇÕES DE MONITORAMENTO PERMANENTE E SISTEMATIZAR EXPERIÊNCIAS EM EPJA.

- a. Gerar normas, diretrizes e indicadores que permitam avaliar a política pública em EPJA, tendo como eixo fundamental o cumprimento do direito à educação.
- b. Criar e manter mecanismos de participação das autoridades públicas, das organizações da sociedade civil, do setor privado, das comunidades, dos/das educadores/as e dos/as educandos/as na elaboração, execução e avaliação das políticas e programas.
- c. Desenvolver e aplicar indicadores que permitam visualizar as ações realizadas com relação à EPJA nos âmbitos nacionais e locais, assim como nos programas intersetoriais que as envolvem, e também mecanismos para o acompanhamento e prestação de contas à sociedade.
- d. Criar e aplicar processos de acompanhamento com indicadores que permitam visualizar e comunicar a contribuição da EPJA para a sociedade e para o desenvolvimento sustentável, em âmbito nacional e territorial.
- e. Gerar processos de acompanhamento e seguimento local às iniciativas e práticas de coletivos e comunidades, para impulsioná-las, sistematizar e socializar a experiência.

12. CRIAR E GERIR, A PARTIR DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS, UM OBSERVATÓRIO DINÂMICO E PERMANENTE DA EPJA EM ÂMBITO REGIONAL, QUE REÚNA, SISTEMATIZE, APRESENTE E DEBATA DADOS E INFORMAÇÕES DE FORMA CONTÍNUA, EM SINTONIA COM POLÍTICAS, PROGRAMAS, AÇÕES, EXPERIÊNCIAS, MONITORAMENTO E PROBLEMÁTICAS DESSE CAMPO EM CADA PAÍS.

13. RENOVAR A PERSPECTIVA, A ESTRUTURA E A ORGANIZAÇÃO DAS CONFINTEA.

- a. Articular a especificidade da EPJA e sua nova narrativa em um campo, módulo ou área que nomeie a Educação com Pessoas Jovens e Adultas e a Aprendizagem e a Educação com Pessoas Adultas (AEA) como uma linha de trabalho prioritária e explícita dentro das diretrizes do Instituto da UNESCO para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UIL) e da UNESCO Regional (OREALC).
- b. Convocar todos/as os/as atores e sujeitos da EPJA em âmbito regional para que participem de diálogos permanentes, estabeleçam compromissos e mecanismos concretos de cooperação e formulem recomendações obrigatórias.

Foto: ANSES Flickr





Campaña
Latinoamericana
**por el Derecho
a la Educación**